

Delegado extrapolou laudo ao contestar diálogos, avaliam peritos

Peritos da Polícia Federal consideraram que a interpretação do delegado Felipe de Alcântara de Barros Leal, [ex-chefe](#) do setor de inquéritos que deveria apurar se membros do Ministério Público Federal no Paraná investigaram ilegalmente ministros do Superior Tribunal de Justiça, teria "extrapolado" o laudo pericial, ao informar que as mensagens interceptadas pelo hacker Walter Delgatti Neto não eram



No início da semana, Leal [afirmou](#), em ofício enviado ao

Supremo Tribunal Federal, que não seria possível presumir a veracidade das mensagens apreendidas pela PF. Após o documento vir à tona nesta quarta-feira (14/4), o diretor-geral da PF, Paulo Maiurino, sacou Leal do comando do serviço de inquéritos. No último ano, o Serviço de Perícias em Informática do Instituto Nacional de Criminalística da instituição havia atestado a integridade do material.

Segundo o jornal *O Globo*, o ofício gerou mal-estar dentro da perícia da PF. A avaliação é de que Leal tomou os diálogos como falsos apesar de o laudo pericial jamais sustentar essa tese.

Os peritos dizem acreditar que existiam técnicas possíveis para verificar, por exemplo, a autenticidade de arquivos de áudios, vídeos e documentos que integravam os diálogos. Também entendem que o delegado poderia ter pedido análises complementares sobre algum ponto específico para permitiria aprofundar a verificação da autenticidade de certos arquivos, ou buscar a fonte original dos arquivos.

Em [nota](#) enviada nesta quarta-feira (14/4) à **ConJur**, a Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais ressaltou que o documento informava não ter sido possível atestar a integridade ou a autenticidade, o que "não se confunde com a determinação de inautenticidade, no todo ou em parte, dos dados".

Date Created

15/04/2021